

## CIDADANIA E TRABALHO NO ENSINO DE 2º GRAU\*

Lucília Regina de Souza Machado\*\*

As escolas de 2º grau no Brasil apresentam práticas diferenciadas que expressam, no conjunto de sua diversidade, uma determinada forma de conceber as relações entre educação e instrução e entre cidadania e trabalho.

O modelo tradicional de divisão do aparelho escolar, baseado na dualidade entre escola clássica, destinada às classes sociais minoritárias e dominantes, versus escola profissional, destinada a instrumentalizar os trabalhadores para as atividades produtivas, tem sido questionado pelas necessidades objetivas do desenvolvimento industrial do País e pelos anseios de democratização da sociedade brasileira.

Atualmente, estes dois tipos de escola, ambas preparadoras para tipos peculiares de trabalho e determinadas formas específicas de viver a cidadania, mostram-se anacrônicas face à tendência histórica em desenvolvimento.

Este anacronismo decorre fundamentalmente do próprio avanço do desenvolvimento das forças produtivas, que tem exigido maior aprimoramento técnico das atividades práticas e uma maior articulação entre os problemas gerados pela vida social e o desenvolvimento das ciências.

\*Trabalho apresentado como subsídio ao debate realizado no "Simpósio Nacional sobre Educação e Trabalho do Jovem Brasileiro", promovido pela Comissão Nacional do Ano Internacional da Juventude, entre 2 e 6 de setembro de 1985, e organizado pelos Ministério da Educação, do Trabalho, da Previdência e Assistência Social e pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

\*\*Professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Desta forma, mostram-se desatualizadas tanto a escola tradicional clássica quanto a escola profissional instrumental.

Esta situação exige a intervenção consciente e ativa das forças sociais democráticas no processo de diferenciação que tem se verificado no ensino de 2º grau, alterando daquela tradicional dicotomia (escola clássica humanista versus escola profissional instrumental), no sentido de:

- 1) neutralizar o poder discriminador dos interesses elitistas dos grupos minoritários que almejam continuar se apropriando e controlando o saber, produzido socialmente para justificar sua dominação econômica e política;
- 2) organizar uma vontade coletiva em torno de um projeto de escola de 2º grau que, partindo da consciência dos problemas vividos hoje e do tipo de escola que temos, possa esta escola, ao nível correspondente às exigências que o desenvolvimento das forças produtivas e da ciência tem colocado;
- 3) conseguir a mais significativa unificação do 2º grau, eliminando-se as dificuldades que hoje impedem este ensino de realizar seus objetivos de escola fundamental, básica e formativa, apta a fornecer o alicerce comum a todos os estudantes, independentemente de sua origem sócio-econômica, local de moradia, sexo, cor, concepções políticas e religiosas, uma vez que a diferenciação antidemocrática que se observa no ensino de 2º grau é parte e expressão de uma política educacional antidemocrática no seu conjunto;
- 4) estabelecer uma política democrática de ensino supletivo de 2º grau, propugnando que este ensino não seja rebaixado em qualidade e exigindo maior investimento público nesta área, geralmente alvo de interesse da iniciativa privada, penalizando mais uma vez os estudantes pobres;

- 5) entender que a possibilidade de unificação educacional, uma vez alentada, já significa a busca das condições históricas necessárias e suficientes para a sua realização, embora não seja possível na sociedade atual uma unificação capaz de superar as diferenciações escolares existentes, baseadas nas desigualdades sociais;
- 6) considerar criticamente a reivindicação por repartições mais justas do saber, pois a forma da distribuição social é conseqüência das condições de produção da vida material, o que significa tomar ambas as dimensões no seu conjunto e considerar suas relações dialéticas;
- 7) tomar o ensino de 2º grau como um conceito em plena evolução, susceptível de ser transformado pelo desenvolvimento das condições sociais, no qual joga papel de relevo a atuação das forças progressistas, de modo a torná-lo mais democrático e ativo no processo de transformação da própria sociedade. De todos os graus de ensino, o que apresenta unidade mais precária é o ensino de 2º grau, portanto tem sido o problema nevrálgico das reformas.

Às escolas, como instituições formais, cabe realizar a medição entre o aluno, entendido como o sujeito da atividade de conhecer, e o objeto, qual seja, o conhecimento propriamente dito, a realidade a ser conhecida.

Esta medição, no entanto, é tarefa complexa, pois ambos, sujeito e objeto, são dimensões historicamente determinadas, socialmente produzidas, que se interagem dinamicamente.

À escola de 2º grau cabe, ao meu ver, fundamentar a formação cultural e técnica do aluno segundo as necessidades objetivas da sociedade atual, articulando-a à formação política adequada ao exercício de uma cidadania livre, consciente e ativa. Considero, portanto, necessário que haja um acompanhamento, por parte da escola, no que diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas em curso, de modo que possa contribuir para o aprimoramento técnico das atividades práticas, tornado o cotidiano escolar o mais próximo possível das práticas sociais do povo

brasileiro no seu enfrentamento concreto dos problemas ligados à sua sobrevivência.

Colocar, nesta perspectiva, os fins a serem atingidos pela escola de 2º grau significa considerar de boa qualidade aquele ensino que esteja à altura de responder às demandas atuais, para o que a tendência histórica em curso na sociedade está dirigindo. Significa entender o processo de conhecimento nascendo da realidade concreta e a ela se dirigindo, de forma a que as necessidades objetivas da sociedade possam ser tomadas como ponto de partida e ponto de chegada do processo pedagógico vivido pela escola. Para tanto, faz-se necessário trabalhar com problematizações, indagar sobre a natureza dos dilemas colocados pela prática social, sobre o modo como os homens historicamente têm tentado resolver estes problemas, sobre o estágio de desenvolvimento das forças produtivas já alcançado e os limites colocados à sua aplicação ou ao seu progresso.

Consideramos de fundamental importância resgatar a contribuição da atividade laborativa dos trabalhadores na construção do saber que se transmite na escola, identificando em que condições este saber tem sido produzido e a quem têm sido dadas as oportunidades de sistematização e de acesso ao conhecimento elaborado.

Partimos do pressuposto de que a solução dos problemas vividos pela escola de 2º grau passa necessariamente pelo deslocamento do seu isolamento social, isolamento que não é próprio dela, mas de uma situação imposta pelas condições históricas de formação da sociedade brasileira, agravada nos últimos vinte anos com o predomínio do arbítrio e da ausência generalizada das liberdades democráticas.

O rompimento deste isolamento exige, em primeiro lugar, tomar como base das atividades curriculares o próprio universo de noções, sentimentos e experiências vividas pelo aluno, como expressão do modo do jovem estar inserido nas relações sociais, como manifestação imediata das necessidades objetivas sentidas pelo povo brasileiro. E preciso que o estudante tome consciência social e histórica de si mesmo e, ao fazê-lo,

se conscientize do conjunto social do qual faz parte. Em segundo lugar, considero necessária uma maior articulação da escola de 2º grau com as várias instituições sociais, ligando-se o trabalho acadêmico com a vida social, da qual a escola é parte integrante e para a qual tem sentido existir. Esta articulação deve ser feita com o movimento cultural mais amplo que atravessa a sociedade, entendido como sendo a combinação contraditória de todos os elementos culturais que se manifestam na sociedade atual. Esta articulação significa, porém, ação recíproca, no sentido de que é insuficiente trazer o contexto social para o interior das escolas, porquanto a escola pode e deve contribuir para a vida social, intervindo ativamente na sua reorganização.

Existem, porém, algumas condições necessárias para que a escola de 2º grau possa caminhar na direção acima apontada.

A primeira destas condições é a democratização do acesso à própria escola que pode ser alcançada aumentando-se a taxa de atendimento escolar, tomando-se medidas que diminuam a taxa de evasão e assegurem a permanência do aluno na escola e diminuindo-se as reprovações, as quais, paradoxalmente, tendem a ser mais altas em escolas que restringem o volume dos conteúdos fornecidos, como as escolas noturnas destinadas aos estudantes trabalhadores. Ainda para haver a democratização do acesso, é necessário que se inverta a tendência acentuada de privatização observada historicamente neste nível de ensino, tornando-se mais agressiva a ação dos investimentos públicos. Por outro lado, é necessário repensar as bases de organização desta escola de modo a atender às especificidades do novo alunado que chega com a expansão das matrículas, como por exemplo aquelas peculiares à situação do aluno trabalhador. Este repensar inclui intervenção além da própria escola, pois é fácil mobilizar as forças democráticas e a iniciativa coletiva no sentido de agilizar uma rede de instituições para atuar como apoio a este esforço de democratização.

A segunda destas condições é a democratização do próprio saber, entendida como sendo algo mais do que uma questão de acesso à escola. A atividade de conhecimento envolve não só a transmissão de uma heran-

ça cultural, mas a assimilação crítica desta herança, entendendo como ela foi produzida e seu resultado em termos do alcance de uma determinada forma de conceber a realidade. Envolve, também, a organização de outro referencial, a ruptura criativa com os esquemas estabelecidos e a busca de uma concepção superior. Isto significa entender a atividade de conhecimento como um processo em curso que resulta de relações sociais ativas e situa-se num contexto historicamente determinado.

A terceira condição se refere à exigência de que a atividade escolar ocorra num ambiente de mais ampla liberdade de pensamento e de expressão, sem o qual o ensino não poderá contemplar a articulação necessária da atividade de conhecimento com os problemas colocados pela vida material e social, ou seja, o ensino de 2º grau continuará desligado dos problemas básicos vividos pelo País e distante das condições necessárias ao desenvolvimento do conhecimento objetivo.

A quarta condição para a escola de 2º grau se tornou qualitativamente mais adequada à realidade presente e refere-se a sua renovação metodológica. É preciso romper com as soluções do improvisado, com a desarticulação dos conteúdos, com a mecanicidade da teoria. O aprimoramento metodológico da prática pedagógica é condição para que o próprio aluno consiga se apropriar do método científico, necessário ao desenvolvimento da sua autonomia e da sua iniciativa.

Finalmente, é imprescindível lembrar as condições infra-estruturais relativas ao desenvolvimento do trabalho escolar. De um lado, a valorização do docente, como função social merecedora de reconhecimento concreto, traduzida por níveis salariais condizentes, condições de trabalho adequadas ao desempenho do seu trabalho e oportunidade de aperfeiçoamento profissional. De outro, disponibilidade de recursos, materiais e equipamentos pedagógicos, bibliotecas e laboratórios em condições de uso, programas de apoio ao acesso a livros e material escolar, melhoria dos livros didáticos, etc.

Estas condições se revelam fundamentais se se pretende promover o desenvolvimento da inteligência, da imaginação e da criatividade da juven-

tude brasileira, hoje vivendo situações adversas à expansão de suas capacidades e aptidões. Estas mesmas capacidades e aptidões, por sua vez, demandam ser situadas no contexto da atualidade, onde, mais do que nunca, é necessário fornecer as noções concretas, as categorias lógicas e históricas que possibilitem a aquisição dos critérios do discernimento e do desenvolvimento do espírito crítico. Democratizar o ensino de 2º grau significa, também, possibilitar ao aluno a posse de capacidades organizativas e diretivas, além daquelas específicas da atividade cognitiva e, para tanto, é preciso que floresçam as condições do exercício da liberdade e da iniciativa.

No mundo atual, o conteúdo necessário a uma participação ativa e consciente do cidadão está cada vez mais complexo e tem se mostrado difí-

cil de ser especificado. Têm sido necessários conhecimentos mais aprofundados sobre o próprio homem, a cultura do país em que se vive, a organização social na qual estamos inseridos e o modo como o país participa da divisão internacional do trabalho. A escola de 2º grau precisa permitir, ao aluno, o conhecimento do quadro atual da sociedade brasileira nas suas múltiplas relações, bem como das condições históricas que lhe deram origem e das condições objetivas existentes hoje em dia, as quais possibilitam, desde que se saiba utilizá-las, o desenvolvimento necessário para o País alcançar o padrão de progresso já colocado pelo avanço das forças produtivas a nível mundial. A passagem da identificação das necessidades para a identificação das condições objetivas, que a realização dessas necessidades coloca, significa alcançar a possibilidade da própria liberdade. Neste sentido, a escola de 2º grau tem muito a contribuir para o processo de transformação social da sociedade brasileira.